

IMPACTOS DO PRONAF NA INSTITUCIONALIZAÇÃO DE PADRÕES: ANÁLISE DO PROCESSO DE ADOÇÃO TÉCNICA NA AGRICULTURA FAMILIAR DA REGIÃO DE MARINGÁ-PR

Pronaf's impact on the institutionalization of patterns: Analysis of the process of technological adoption in family farms at Maringá region

RESUMO

Aborda-se, neste artigo, o processo de difusão de padrões técnicos visando entender de que modo o PRONAF-Crédito (Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar) impactou na institucionalização de novos padrões tecnológicos em propriedades rurais familiares do Polo Regional de Maringá-PR, no período de 1997 a 2006. Trata-se de verificar o pressuposto institucionalista que se proclama em favor da coerção para obter institucionalização. Baseando-se em um delineamento de pesquisa transversal com perspectiva longitudinal de análise, os participantes da pesquisa foram separados em dois grupos principais representando períodos e tipos de relação diferentes com o programa. Recorreu-se a entrevistas semiestruturadas como instrumento de coleta de dados, dados que foram tratados por meio de análise qualitativa de conteúdo, utilizando principalmente, categorias de frequência e de intensidade. Tais procedimentos permitiram comparar os esquemas interpretativos dos produtores. Os resultados mostraram proximidade entre os grupos, indicando que houve internalização ao invés da adoção apenas formal de padrões. Os resultados também sugerem que aspectos relacionais e culturais do contexto de referência devem ser considerados quando do intento de se produzirem resultados duráveis através de difusão coercitiva.

Maisa Gomide Teixeira
Doutoranda em Administração pela Universidade Federal do Paraná
85maisatx@gmail.com

João Marcelo Crubellate
Professor da Universidade Estadual de Maringá
jmcrubellate@terra.com.br

Recebido em 19/1/09. Aprovado em 14/12/10
Avaliado pelo sistema blind review
Avaliador Científico: Ana Alice Vilas Boas

ABSTRACT

The diffusion process of a Brazilian State program interested directly in the transfer of financial resources on behalf of the adoption of technical and managerial practices is analyzed in this paper. The purpose is to investigate in which way Pronaf (National Program for Family Farming Assistance) impacted on the institutionalization of modern technological patterns among small rural properties from Maringá region, Paraná state, during the period from 1997 to 2006. The issue refers to the verification of institutional assumption which proclaims favorably towards the use of coercion to reach institutionalization. Based on transversal research design with longitudinal perspective the elements investigated were separated in two main groups representing different periods and types of farmer's relation with the program. Semi-structured interviews were used for collecting data, which were refined by means of qualitative content analysis using mainly categories of frequency and intensity. Such procedures made possible the comparison of farmer's interpretative schemes. The findings presented some proximity between these in the groups indicating internalization instead of only formal adoption of patterns. The results also suggest that relational and cultural aspects of people's contexts of reference should be considered when enduring results are intended by means of coercive diffusion.

Palavras-chave: Institucionalização, difusão tecnológica, esquemas interpretativos, PRONAF.

Key words: institutionalization, technological diffusion, interpretative schemes, Pronaf.

1 INTRODUÇÃO

A modernização do meio rural tem sido alvo de políticas governamentais no Brasil desde o início do século XX. Essa intervenção foi iniciada como tentativa de se implantar o padrão de racionalidade que acompanha a progressiva industrialização do país. No entanto, esse processo conduziu a resultados contestáveis em relação aos beneficiados, promovendo a exclusão de milhares de

produtores. Impossibilitados de crescer e até mesmo de acompanhar as novas tendências no setor, para muitos pequenos produtores não restaram opções a não ser aglomerar-se nos grandes centros, tendo essa questão, portanto, relação intrínseca com as condições estruturais urbanas. Atuando como política compensatória, o PRONAF foi desenvolvido visando especificamente ao segmento mais pobre de produtores familiares. Para propiciar os meios de sobrevivência ao segmento e a manutenção de suas

propriedades em meio a um contexto acirrado, estabeleceu-se como exigência para a obtenção do financiamento a adoção de padrões recomendados pela assistência técnica. Esse fato caracteriza, portanto, a transferência como essencialmente coercitiva.

Aborda-se neste trabalho, o processo de difusão de padrões técnicos para apreender: “De que modo o PRONAF-Crédito impactou na institucionalização de novos padrões tecnológicos em propriedades rurais familiares do Polo Regional de Maringá-PR, no período de 1997 a 2006?” Essa delimitação no tempo está coerente com o início dos trabalhos de apoio ao programa do Governo, na região e a aprovação do projeto de lei que instituiu a Política Nacional de Agricultura Familiar em maio de 2006, um ano após o PRONAF ter completado dez anos de sua criação. Tal fato fortalece o desenvolvimento de iniciativas que visam trazer subsídios em termos da avaliação de seus resultados para a superação das distorções que se apresentam ao público-foco dessa intervenção. Portanto, é importante analisar-se o PRONAF a partir de perspectivas distintas e, até mesmo, antagônicas, propiciando a sua complementação, para ressaltar aspectos nem sempre perceptíveis pelas abordagens convencionais.

A contribuição empírica deste estudo, por conseguinte, assenta-se na avaliação do PRONAF-Crédito como programa de transferência de recursos, sendo imprescindível à observação da qualidade dessa, enfatizando-se a internalização como medida, em contraste com a adoção apenas formal de padrões. Logo, trata-se de uma proposta instrumental para avaliação de políticas públicas de forma geral, em que sobressai a dimensão subjetiva de análise cujo foco predominante passa a ser a percepção da coerção. A relevância desse trabalho reside ainda no destaque de aspectos que devem ser considerados na difusão, tais como o contexto relacional e o modo de poder: episódico ou sistêmico, que podem amenizar os efeitos negativos da coerção nesse processo e trazer como resultado mais estabilidade à institucionalização dos padrões. Ademais, o foco desse estudo repousa sobre os mecanismos utilizados pelos agentes de disseminação, ressaltando a importância de abordagens adotando enfoque “da oferta”, isso é, *supply side approaches* que, como foi mencionado por Scott (2008), seriam mais válidas no exame das instâncias da difusão institucional contemporânea.

O artigo é estruturado de maneira a prover, primeiramente, uma breve introdução às mudanças enfrentadas pelos agricultores familiares no que tange às suas condições de vida e apontar, nesse contexto, a

relevância empírica do trabalho. No segundo momento, os delineamentos das abordagens que fornecem sustentação teórico-empírica para o estudo são apresentados a começar pela perspectiva de tecnologia adotada: tecnologia como processo de estruturação. A seguir, discorre-se sobre a mudança organizacional e a mudança institucional que, na medida em que se apresentam como os próprios resultados do processo de mudança, são estímulos para novas mudanças num *continuum* inerente ao processo de institucionalização. Em meio a esse curso cíclico dá-se ênfase à Difusão, etapa na qual, conforme foi explicitado em Greenwood, Suddaby e Hinings (2002), as inovações transitarium de uma fase de legitimação moral ou prática para uma de legitimação cognitiva.

Buscou-se analisar o proeminente trabalho de Tolbert e Zucker (1983) que fundamenta o pressuposto institucionalista de que os resultados da difusão coercitiva perdurariam mesmo com a retirada das pressões, como efeito da fixação das práticas no sistema cognitivo dos atores propiciado por esse processo. No estudo de Lawrence, Winn e Jennings (2001), argumenta-se a favor das formas de poder que os agentes de transmissão podem empregar visando ao desenvolvimento e à manutenção de instituições sociais. Contudo, ressaltam-se as peculiaridades dos mecanismos de transferência como determinantes no ritmo e estabilidade do processo de institucionalização. Nesse caso, esses autores consideram a agência dos atores, público da transferência, como uma possibilidade dependente do mecanismo escolhido pelos agentes. Entretanto, desvinculando-se de qualquer concepção linear, Kostova e Roth (2002) propõem duas dimensões de adoção, implementação e internalização, como os possíveis resultados da difusão de padrões. Considerando a agência intrínseca dos atores, para esses autores torna-se essencial pensar no contexto relacional entre as partes envolvidas na difusão, caso se pretenda a perenidade dos padrões. Esse fator, variando na combinação das três características - identidade, confiança e dependência -, tem um papel importante na forma com que os indivíduos interpretam a sua conformidade às técnicas.

Como forma de verificar-se empiricamente as questões referentes à difusão de padrões tecnológicos no contexto cultural brasileiro dos produtores familiares de Maringá-PR, foram adotados métodos específicos que se encontram expressos na seção seguinte às explanações teóricas. Nesta sequência é apresentada uma breve contextualização da região estudada, junto com alguns aspectos sobre o funcionamento do programa que se segue

para a análise dos resultados e que, por fim, integram-se às conclusões e às sugestões para pesquisas futuras.

2 TECNOLOGIA COMO PROCESSO DE ESTRUTURAÇÃO

As recentes tendências no ambiente organizacional, como a crescente competição, a mudança nas expectativas do público envolvido com a organização e o desenvolvimento tecnológico e legal, têm potencial de promover mudanças que implicam em novas características organizacionais, Mohrman e Mohrman Junior (1989) tentam esclarecer esse processo. Para o presente estudo, entretanto, interessa a argumentação sobre as tecnologias e as colocações que discorrem sobre sua implicação nos processos organizacionais.

Como está descrito em Weick (1990), essa tarefa não se apresenta de forma tão simplória em face de um contexto dinâmico de crescimento organizacional, de um ambiente complexo e turbulento a demandar maior conhecimento, em resposta dos quais os atributos tecnológicos se expandem. Há a necessidade de um reexame do conhecimento tecnológico, defende-se a ampliação do enfoque concernente às relações de causa-efeito das ações humanas na escolha de combinações diferentes de máquinas, equipamentos e métodos de produção.

Alternativamente, Mohrman e Mohrman Junior (1989) afirmam que novas ferramentas tecnológicas, que habilitam novas maneiras de se realizar o trabalho, são situadas em meio aos fatores que podem engatilhar a mudança organizacional. Contudo, como esclarecem esses autores, o fato de iniciarem um processo de mudança não implica que efetivamente a mudança venha a ocorrer, pois podem surgir reações aos sintomas de mudança. Os autores suscitam a discussão sobre o sentido de se manter uma unidade de análise que coloca a organização individual como foco central. Essa abordagem estaria possibilitando uma compreensão incompleta da mobilização para a mudança em um contexto atual, no qual as relações ocorrem em meio a uma rede complexa.

Por sua vez, Garud, Jain e Kumuraswamy (2002) enfocam uma rica corrente de pesquisa que vem sendo desenvolvida na perspectiva da construção social da tecnologia, explorando os processos que baseiam a emergência das instituições. Defensora dessa corrente de estudo da tecnologia, Hatch (1997) aponta-a como uma das mais proeminentes em termos de suscitar os elementos simbólicos interpretativos em meio às teorias de sistemas sociotécnicos e, dessa forma, a enfatiza como uma superação aos modelos lineares modernistas de inovação

tecnológica. Desse ponto de vista, os efeitos das normas culturais, das relações sociais e do poder no conhecimento sobre as práticas de produção seriam vistos como os moldes sociais dos produtos e das suas tecnologias. Portanto, nesta visão, revela-se a inexistência de uma única maneira ótima para se desenhar os artefatos, ou obter-se um arranjo ótimo desses, sendo essa flexibilidade o que denota a oportunidade para a escolha, baseada em critérios não técnicos, como os valores culturais, as normas sociais ou as considerações de poder (HATCH, 1997).

Hughes (1983) afirma que novos campos tecnológicos têm de estabelecer legitimidade para gerar impulso, o que, conforme Garud e Rappa (1994), dependeria do surgimento de um novo critério de avaliação e de sua aceitação. A competição ao longo das tecnologias, portanto, irá ocorrer, tanto entre, quanto em meio ao critério de avaliação, sendo que, eventualmente o estabelecimento institucional instala maior solidez em torno da disposição específica do critério (BELT; RIP, 1987). A partir dessa lógica, emerge a conotação apregoadada pelos adeptos dos modelos estruturacionais da tecnologia, fortemente influenciados pela tradição intelectual construtivista: a maior solidez exprime restrição, enquanto, por outro lado, exprime elementos que habilitam para a ação.

Condizente com o exposto, Roberts e Grabowski (2004) referem-se à estruturação como dinâmica, em contraste com a estrutura - imbuída de componentes estáticos. Apoiando-se em Weick (1969 citado por ROBERTS; GRABOWSKI, 2004), os autores descrevem a estruturação como a propriedade emergente da ação progressiva, como produção e reprodução de um sistema social mediante o uso das regras e dos recursos dos membros em interação. A estruturação sustentada em Weick (1990, p. 18) é um construto particularmente útil para os estudos organizacionais e tecnológicos, em razão de capacitar o observador à sensibilidade "para procurar a redefinição contínua entre estrutura, ação e tecnologia". Por conseguinte, em face da dualidade da tecnologia (tecnologia e estrutura como processo e produto da ação e interação humana) destacada através das propriedades estruturacionais; Roberts e Grabowski (2004) enfatizam a tecnologia como curso de tornar-se o processo de estruturação pelo qual as tarefas e as pessoas nas organizações mudam em resposta às demandas da sociedade pós-industrial.

Mesmo que concordando com o potencial para explicar as consequências associadas à emergência das tecnologias e às mudanças em seu uso, Orlikowski (2000) pondera sobre as vantagens analíticas da perspectiva

estruturacional. Os modelos de estruturação, sendo fortemente influenciados pela tradição intelectual do construtivismo social, teriam apoio nos pressupostos de moldagem social. Dessa forma, posiciona-se em relação à tecnologia representando o seu desenvolvimento através de um processo político-social, em que as estruturas são vistas como incrustadas em meio à tecnologia. Nesse ponto, a autora rompe com as premissas do construtivismo social.

Com o suporte de Giddens (1984), que considerava a existência das estruturas somente em termos virtuais, essa autora apresenta sua concepção afirmando que a estrutura dá forma e molde à vida social, mas não é ela própria que forma ou molda, nem deve ser compreendida num sentido ativo, porque as estruturas somente existem nas atividades de agentes humanos e através delas. Somente quando elementos tecnológicos são mobilizados rotineiramente no uso é que se torna possível afirmar que eles estruturam a ação humana, como regras e recursos na constituição de uma prática social recorrente (ORLIKOWSKI, 2000, p. 410), como está expresso no fragmento abaixo:

Agentes humanos constroem, através das tecnologias, certos esquemas interpretativos (regras refletindo o conhecimento do trabalho que se torna habitual), certas facilidades (recursos para a realização deste trabalho) e normas (regras que definem as maneiras organizacionalmente sancionadas de executar este trabalho).

Os seus argumentos de ressalva para com a perspectiva estruturacional remetem ao reconhecimento do seu potencial, que não deve vir antes de uma compreensão da perspectiva estruturacional em tecnologia como a interação recursiva entre pessoas, tecnologias e ação social orientada pela prática. Assim, retifica que através do engajamento regular com uma tecnologia em particular, de maneiras e em condições específicas, usuários repetidamente elegem um arranjo de regras e recursos, os quais estruturam suas interações contínuas com aquela tecnologia. Portanto, sendo a interação dos usuários com a tecnologia recursiva, os usuários moldam a estrutura tecnológica que, por sua vez, molda o seu uso (ORLIKOWSKI, 2000).

3A DIFUSÃO DE PADRÕES COMO INSTRUMENTO DE MUDANÇA

Enfatizando o contexto dinâmico e a magnitude das transformações requeridas atualmente, torna-se

imprescindível a compreensão acerca do gerenciamento da mudança. Pelas diferentes concepções de mudança organizacional destacadas por Hinings e Greenwood (1988), foca-se no presente trabalho, modelo de mudança como transformações estruturais ou sistêmicas que implicam movimento de um arquétipo para outro, sendo mais bem visualizado em termos de uma reorientação.

Esta visão da mudança organizacional, através da passagem de um arquétipo para outro, é compartilhada por Cooper et al. (1996), que enfatizam a importância de uma orientação comum ou de um esquema interpretativo fundamental que ofereça coerência para a configuração. Logo, a mudança de arquétipo requer mudanças na interpretação e no significado, que por sua vez, respondem pela reprodução e mudança de estruturas, processos e práticas organizacionais. A apreensão dos aspectos concernentes ao gerenciamento da mudança perpassa pelo conhecimento sobre os esquemas interpretativos, formado pelas crenças e valores, componentes básicos de suporte aos padrões organizacionais. Conforme esses autores, os sistemas de crenças e os estoques de conhecimento, juntamente com os sistemas avaliativos de valor constituem os esquemas interpretativos que possibilitam aos membros organizacionais constituírem e compreenderem o mundo organizacional como significativo, sustentando um sentido de estrutura social pelo curso das mudanças dos arranjos sociais.

Relevando as premissas da corrente interpretativa que representa, Bartunek (1984) defende que os requerimentos institucionais, além das circunstâncias situacionais em voga, provavelmente precipitam o processo de mudança no arranjo estrutural das organizações; todavia, o modo como essas pressões são percebidas pelos agentes é o fator condicionante do tipo de mudança. Nos processos de difusão que visam resultados perenes, torna-se indispensável traçar metas que considerem a formação de significados pelos indivíduos. Sendo a experiência com os padrões vivenciada diferentemente pelos indivíduos e distintamente dependendo de época ou circunstância, enfatiza-se a rejeição de uma orientação linear.

Com o suporte das alegações acima, propõe-se analisar o pressuposto institucionalista defendido em Tolbert e Zucker (1983). Os achados dessa pesquisa fornecem apoio para a argumentação de que a adoção de um procedimento por uma organização é fortemente determinada pela extensão pela qual a medida é institucionalizada e que a institucionalização das práticas é reforçada pela coerção, o que favorece a adoção delas mais rapidamente. O pressuposto institucionalista que

advém desse estudo é que processos impostos coercitivamente ou por razões apenas utilitárias têm duração independente da pressão, sendo evocados, no segundo momento, pelo aspecto legítimo que se adquiriu. No entanto, ao estudarem a institucionalização das práticas de serviço civil, esses autores pressupõem a 'adoção' como se de fato as práticas estivessem arraigadas no sistema cognitivo dos atores, ao passo que esse resultado deve-se mais às peculiaridades contidas no processo de difusão do que, de fato, à coerção *per se*.

Examinando as dimensões temporais de institucionalização, Lawrence, Winn e Jennings (2001) focam nos impactos de diferentes mecanismos de apoio ao desenvolvimento e à manutenção de instituições. Na formulação de sua tipologia, o foco desses autores repousa na crença de que a característica central na institucionalização de uma inovação está nas relações de poder que os agentes podem empregar para apoiar o processo. Sendo assim, o ritmo e a estabilidade da institucionalização estão vinculados a diferentes atributos dos mecanismos de difusão nas duas dimensões 'Modo de poder' e 'Relacionamento com o público-alvo'.

Com relação ao modo de poder empregado, esse pode variar em termos do poder exercer-se de forma episódica ou sistêmica. A forma de poder episódica acomete os indivíduos-alvo como atos estratégicos de mobilização relativamente descontínuos iniciados por atores autointeressados. Esses atos, por precisarem ser repetidamente ativados, relacionam-se com instituições menos estáveis. Por outro lado, instituições duradouras e com altos níveis de estabilidade são mais prováveis de serem obtidas por formas de poder sistêmicas (LAWRENCE; WINN; JENNINGS, 2001).

A segunda dimensão nessa tipologia referente ao relacionamento com o público (considerando ou não a sua agência) é mais provável de ter impacto no ritmo de institucionalização. As intervenções que visam proporcionar o comprometimento e relevam a capacidade de escolha dos atores nos processos de adoção de uma inovação são relativamente lentas, requerendo alguma forma de negociação. Os mecanismos de institucionalização que adotam relacionamento objetificado com os atores resultarão, por sua vez, em velocidade significativamente maior de difusão e de se produzir efeitos com a nova prática, tecnologia ou regra. Logo, o modelo descrito por Lawrence, Winn e Jennings (2001) é composto por quatro elementos que se apoiam nas dimensões acima: Influência, Força, Disciplina e Dominação. Cada um desses elementos apresenta vantagens e desvantagens em relação

à estabilidade e ao ritmo da institucionalização e, ao combinarem, podem ser potencializados de acordo com os objetivos da intervenção.

Trazendo contribuições para análise desse processo, Kostova e Roth (2002) vão ao encontro aos achados sobre difusão de práticas em Tolbert e Zucker (1983) ao argumentarem que a coerção que emana da transferência da organização transmissora para o público visado determina maior implementação, quanto maior a situação de dependência. No entanto, defendem que uma alta dependência tem relação negativa para com a verificação da adoção em termos de internalização. Tal fato explica-se com base na inclinação pelo público, dependente de interpretar a conformidade às imposições dos agentes de transmissão como coercitiva mesmo acreditando na eficiência das práticas, o que, diferentemente, tenderia a que visualizassem a adoção como mimética.

A adoção é compreendida nesse trabalho como um componente comportamental e atitudinal referindo-se, respectivamente, à implementação do padrão e à internalização da crença no valor das práticas, reforçando, assim, os componentes como duas dimensões separadas que não necessariamente, ocorrem juntas. Ao discutir que essas instâncias seriam entendidas distintamente, o estudo de Kostova e Roth (2002) apresenta contribuição para a análise da institucionalização de práticas, destacando, em meio ao contexto de difusão, o nível geral ou a 'profundidade' de adoção refletidos por essas. Uma perspectiva de agência ativa na análise da adoção é empregada, visto que se consideram variação nas respostas dos indivíduos ou organizações, à imposição dos agentes.

O modelo de adoção apregoado sugere que as respostas do público à adoção são influenciadas pelas interpretações e percepções dos padrões impostos, o que, por sua vez, são condicionados pelos efeitos do contexto institucional externo e pelo contexto relacional interno entre as partes envolvidas na difusão. Em se tratando do ambiente relacional, os autores definem-no a partir de três características que afetam o nível de adoção da prática: dependência, confiança e identidade. Exemplificando como esses fatores interagem no processo, Kostova e Roth (2002) discorrem que as pressões internas de consentimento são prováveis de serem sentidas ainda mais fortes, quando o público visado se percebe altamente dependente da organização difusora enquanto, contudo, não confia ou se identifica com ela.

Esclarecendo a influência desses fatores, os autores comentam que o elemento de dependência, como

componente do contexto relacional, é enfatizado no processo de transferência de padrões como um forte indicativo para a adoção cerimonial. Se a organização receptora de padrões é altamente dependente da organização transmissora e se, paralelamente, os produtores não confiam ou se identificam com ela, esse processo resultaria apenas na adoção superficial dos padrões, pois, a falta de confiança leva a que os produtores questionem a eficiência das práticas e os motivos para a sua transferência pelos agentes. Da mesma forma, uma identificação negativa pode levar à descrença e à não aceitação dos valores e metas da organização responsável pela transmissão, enquanto, se fosse positiva, favoreceria o melhor entendimento do significado das práticas e, ademais, tenderia a reduzir os efeitos advindos de uma prática considerada “de fora”, vista como estranha e “dos outros” e faria com que a adoção fosse internamente motivada (KOSTOVA; ROTH, 2002).

Na Figura 1, houve a pretensão de se incluírem as contribuições de Kostova e Roth (2002), Lawrence, Winn e Jennings (2001) e Tolbert e Zucker (1983), em um modelo de processo de difusão que pudesse auxiliar no presente estudo. É importante notar que não se enfatiza uma noção linear, o que permite que se verifiquem várias respostas dentro de um *continuum*. Além disso, é importante destacar que, na investigação, não está se analisando os impactos da organização receptora (O.R.) ‘instituída’ na organização transmissora (O.T.) ‘instituinte’ (LOURAU, 1995), o que justifica a ausência de *feedback*, ou realimentação, na ilustração do modelo.

Os extremos do *continuum* na vertical representam, na parte superior, respostas de adoção totalmente ‘*decoupled*’ vinculadas a um ritmo alto de implementação e uma baixa estabilidade do padrão e, na parte inferior, a

internalização completa associada com baixo ritmo de institucionalização, porém, com alta estabilidade da instituição. Em meio aos extremos situam-se as respostas *loosely coupled* em maior ou menor grau. É válido notar que todo o processo está situado em meio a um contexto institucional específico que contempla as tradições, os costumes e a cultura local e que influencia nas respostas.

Tais considerações trazem consigo um aporte que, se não promovem a sua inclusão nos programas com intuito de difusão de padrões, ao menos remetem a que se elevem em importância aspectos que, se detectados, talvez possam explicar algumas das distorções em modelos de difusão adotados, sejam eles formulados dentro de nossas fronteiras, sejam transplantados de contextos culturalmente diversos.

4 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Os procedimentos metodológicos adotados para a condução deste estudo envolveram o emprego de pesquisa com corte transversal, de perspectiva longitudinal e do método de investigação ‘quase experimental’ com delineamento da análise de descontinuidade da regressão. Recorreu-se à pesquisa documental e de campo de natureza qualitativa de modo que permitisse fazer considerações sobre o impacto do PRONAF-Crédito em termos da perenidade das técnicas de produção repassadas e sua institucionalização em meio aos produtores familiares que recorrem aos financiamentos para custeio de suas atividades. A obtenção de dados descritivos vincula-se à essa concepção de pesquisa; portanto, objetivou-se o entendimento sobre o fenômeno em questão na perspectiva dos participantes da situação estudada.

Para reunir as informações pertinentes ao estudo foi realizada uma pesquisa exploratória na EMATER-PR e

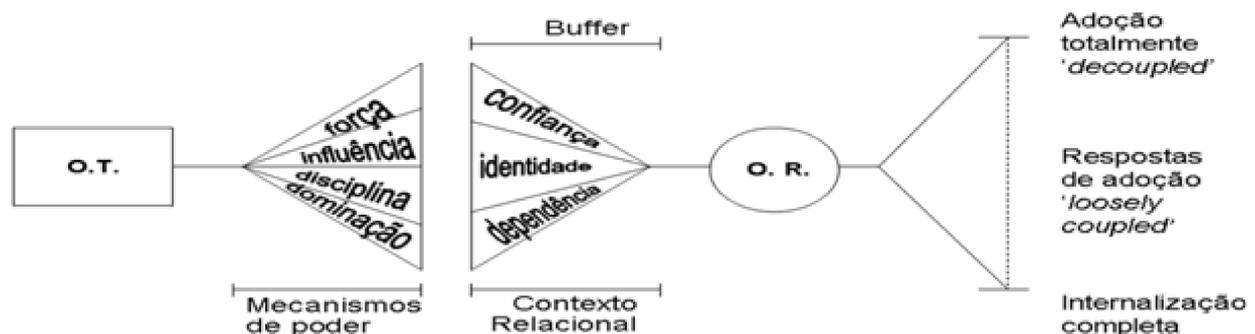


FIGURA 1 – Modelo integrante de difusão de padrões.

Fonte: Baseado em Kostova e Roth (2002), Lawrence, Winn e Jennings (2001) e Tolbert e Zucker (1983).

no Banco do Brasil, em Maringá-PR, que resultou na obtenção de cartilhas, manuais informativos e informações sobre o funcionamento do programa. No segundo momento foi feito contato com a EMATER em Maringá para que fossem obtidos os dados secundários referentes às formas de acesso aos produtores familiares e aos períodos e frequência de contratos de financiamento por eles efetuados. Nesse ponto, após o tratamento dos dados, pôde-se distinguir na população pertinente ao estudo, os elementos que seriam amostrados nas duas categorias principais:

- G1 – dos produtores que contrataram empréstimos há mais tempo e que se desligaram dos vínculos com o programa em algum momento (grupo quase experimental).
- G2 – de agricultores familiares que contrataram recentemente e/ou estão utilizando, no momento, os recursos do PRONAF (grupo de não tratamento).

A partir desses dois grupos, distribuíram-se os seus elementos em 3 subgrupos: A, B, C, observando a orientação em Selltiz, Wrightsman e Cook (1987), em que se adverte contra os riscos à validade do estudo. Esses autores recomendam a utilização de vários grupos ‘de não tratamento’ de modo a favorecer a identificação de diferenças que ocorrem naturalmente entre os grupos e, por conseguinte, o modelo de investigação adotado foi o quase experimento com ‘delineamento da análise de descontinuidade da regressão’ (DADR). Esse método

representa a situação de pesquisa quando não há seleção ao acaso nem controle experimental possíveis, o que, conforme Bruyne, Herman e Schoutheete (1982), caracteriza uma forma mais adaptada ao “campo”, por se apresentar, como geralmente ocorre nas circunstâncias reais, tendo em vista a natureza dos fenômenos sociais.

Como esse método incorre em prejuízo de validade interna, em contraste com a experimentação controlada de laboratório (que, ao contrário, apresenta menor validade externa em razão dos processos intrusivos), esses autores recomendam alguns cuidados, dentre os quais a utilização dos subgrupos. Esses permitiriam ao pesquisador a detecção de diferenças que ocorrem naturalmente entre eles, aumentando o controle sobre as ameaças rivais que podem produzir efeitos que se confundem com os da variável experimental. Esse procedimento obedece à lógica exemplificada na Figura 2.

No levantamento de dados primários, a pesquisa de campo realizou-se através de entrevistas semiestruturadas a 25 dos 108 produtores registrados nos documentos da EMATER-PR de Maringá-PR, 12 e 13, respectivamente, compreendidos nas amostras dos subgrupos de G1 e G2. Tal procedimento visou apreender seus esquemas interpretativos por meio de um roteiro ou guia de temas que, como explicitado por Haguette (1987), permite ao entrevistado responder de maneira livre, podendo ser interpelado para maior aprofundamento à medida que os tópicos são levantados em suas respostas. Com esse recurso coletaram-se informações que permitiram aferir sobre a percepção que têm do PRONAF e os seus

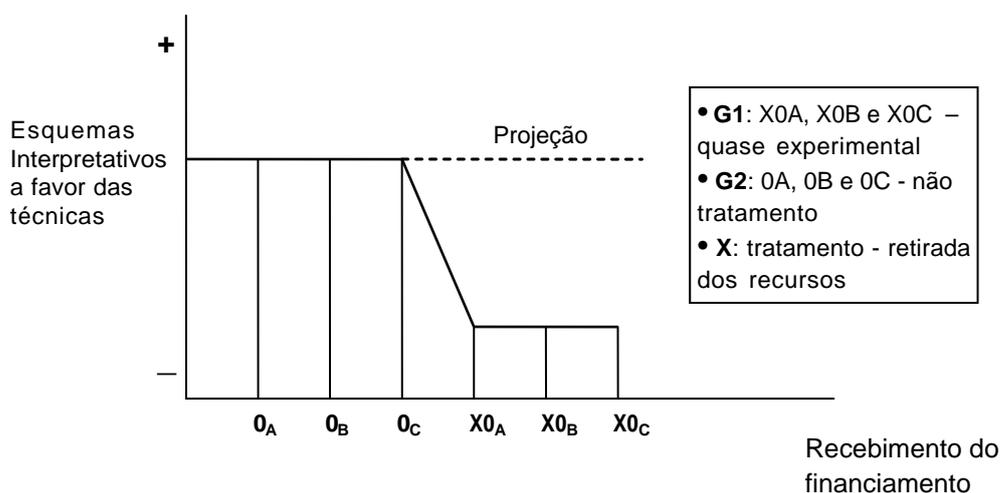


FIGURA 2 – Lógica do modelo de pesquisa.

Fonte: Baseado em Selltiz, Wrightsman e Cook (1987).

valores e crenças a favor, ou não, das técnicas recomendadas às propriedades, juntamente com os interesses envolvidos na sua utilização. Portanto, através da comparação dos achados oriundos das entrevistas para os dois grupos, foi possível fazer considerações sobre a internalização dos padrões transmitidos pela assistência técnica.

Anteriormente a essa análise comparativa, os dados foram submetidos à análise de conteúdo, tendo como base os pressupostos de Bardin (1977). De forma a contemplar as suas orientações foi realizada uma leitura preliminar pretendendo ordenar o material colhido pela pesquisa conforme as categorias analíticas encontradas na Teoria: valores, crenças e interesses e, numa segunda instância, confiança, identidade e dependência. Esses são os códigos utilizados como referência na etapa subsequente sugerida pela autora, em que se realizou um exame sistemático do material.

De acordo com o objetivo da pesquisa explicitado anteriormente, na análise de conteúdo foram visadas as percepções e sentimentos dos produtores que pudessem representar as categorias analíticas assinaladas. A divisão dos produtores em dois grupos buscou separá-los de modo que os seus esquemas interpretativos se apresentassem de acordo com a situação em que se encontram em relação ao programa e às técnicas. Os esquemas interpretativos dos produtores do Grupo 2, que contraíram recentemente empréstimos, serviram para se traçar uma estimativa pressupondo que eles exprimam esquemas interpretativos fortes por eles não terem sofrido o 'tratamento' (retirada dos recursos). Através dos resultados obtidos com os outros grupos, que receberam o tratamento, poder-se-á perceber se houve diferença significativa em relação ao projetado, se os seus esquemas interpretativos se mantêm fortes, mesmo com a retirada da pressão, ou se diminuem. De qualquer forma, haverá evidência do efeito do tratamento.

5 RESULTADOS E DISCUSSÕES

Nesta seção são apresentadas informações sobre o contexto estudado e sobre o funcionamento do Pronaf, e a análise dos resultados. Elementos históricos são brevemente mencionados para situar o leitor em meio a fatos importantes perpassados pelos produtores da região de Maringá-PR. Esses elementos baseiam a sua percepção de mundo e são importantes para a compreensão de como interpretam o repasse de padrões tecnológicos. A descrição dos aspectos operacionais do programa objetiva, além de proporcionar conhecimento sobre o seu funcionamento,

esclarecer seu papel, tanto no fornecimento de crédito, quanto na capacitação técnica dos produtores familiares.

a. Dimensão contextual da região estudada e aspectos operacionais do Pronaf

A formação do contexto dos agricultores da região de Maringá perpassa os anos da segunda metade do século XX. Nesse período, em que a primazia do setor agrícola era o café, a cidade teve seus primeiros impulsos de desenvolvimento. No entanto, mais recentemente muitas mudanças se apresentaram em decorrência do desenvolvimento das tecnologias agrícolas. Uma das medidas que mais influenciaram no cenário rural da região ocorreu em 1975 quando, em razão de fatores climáticos, a crença de que a cultura cafeeira se apresentava imprópria para a região foi motivada. Nesse período, o governo financiou a substituição da atividade agrícola tradicional estimulando o cultivo de soja, mantendo-se até os dias atuais como prioridade dentre as alternativas adotadas pelos produtores rurais da região de Maringá.

Essa opção trouxe consequências negativas que se manifestaram de forma gradual para os pequenos produtores. Os motivos relacionam-se principalmente com as características específicas do mercado e os requisitos para o trato da soja que, sendo uma *commodity*, com resultados proporcionais à escala de produção, inviabilizam um retorno adequado à manutenção e sobrevivência do produtor familiar. Assim, esse tornou-se cada vez mais dependente da interferência do Estado.

O Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF), uma providência de abrangência nacional, foi instituído em 1995 e hoje é conduzido pela Secretaria de Agricultura Familiar do Ministério do Desenvolvimento Agrário. Seus eixos básicos são: o financiamento da produção agrícola (Pronaf-Crédito); a transferência de recursos orçamentários para o desenvolvimento rural de municípios selecionados (Pronaf-Infraestrutura); e a capacitação e profissionalização dos agricultores familiares (Pronaf- Capacitação). As ações são desenvolvidas por intermédio do repasse de recursos pelo Ministério da Agricultura, mediante convênios com as empresas estaduais de Assistência Técnica e Extensão Rural (EMATER) que promovem eventos e cursos de acordo com o levantamento das demandas locais de agricultores familiares (SILVA, 1999). No presente trabalho, analisa-se o eixo do PRONAF-Crédito e seu inter-relacionamento com a linha de ação responsável pela capacitação e assistência técnica. O PRONAF atua na realização de seus objetivos a partir de quando o custeio

ou o investimento é solicitado para uma determinada situação. Pela Figura 5 demonstra-se como decorre esse processo.

Os recursos são repassados do governo (representando o proponente do empréstimo) para as agências que exigem obrigatoriamente o acompanhamento periódico nas propriedades pela assistência técnica. Dentre os documentos que os produtores terão que apresentar ao Banco para terem acesso aos recursos do PRONAF está a Declaração de Aptidão ao Programa (DAP). A DAP é obtida gratuitamente nos sindicatos dos trabalhadores ou na EMATER e certifica o enquadramento do produtor em determinado grupo, conforme as características do agricultor, a condição da mão de obra utilizada na propriedade, a situação da propriedade, da terra e o nível de renda (BANCO DO BRASIL, 2006).

De posse da DAP, os produtores se dirigem à EMATER para a elaboração do projeto técnico. Com base em pesquisas que atendem às características específicas de lavoura são passadas orientações e exigências de procedimentos. Nas propriedades que estão iniciando o cultivo e utilizando o financiamento do PRONAF-Crédito pela primeira vez, a orientação se dá com relação aos tratamentos e à compra de adubo e sementes (FEDERAÇÃO DOS TRABALHADORES NA AGRICULTURA DO ESTADO DO PARANÁ - FETAEP, 2005).

O programa adquire contornos específicos de região e em Maringá-PR¹ as técnicas mais recomendadas, de

maneira geral, são as relacionadas com a tecnologia de plantio, de produção das culturas de maneira sustentável e aquelas visando à maior adequação das culturas aos respectivos clima e região das propriedades. Esse aspecto corresponde ao primeiro dos pontos gerais do ‘tripé’ trabalhado pelo PRONAF; os outros dois relacionam-se ao aumento da renda da família do agricultor e à criação de vínculo associativista. No caso da não observação das técnicas sugeridas há emissão de uma advertência que alerta para a impossibilidade da renovação de contrato para o financiamento seguinte.

b. Análise dos Resultados

Alguns relatos foram escolhidos de modo a ilustrar como os produtores se referiram em relação às categorias analíticas e trazer o leitor mais próximo da sua forma de se expressar e pensar. Para identificar os produtores, preservando-se seu anonimato, foi adotado um código (observando a letra inicial dos nomes dos produtores e a numeração que indica a sua posição na ordem alfabética diante dos outros que têm nomes começando com a mesma letra) que será visto ao fim de cada trecho. Também faz parte desse código a indicação do grupo ao qual o produtor faz parte, 1 ou 2, o qual será discriminado em seguida ao código que o representa. Tal apreciação segregada pretende facilitar o acompanhamento da estratégia empregada para a análise, conduzindo o leitor aos resultados.

Alguns dos quadros apresentados nessa seção demonstram os resultados numéricos encontrados que,

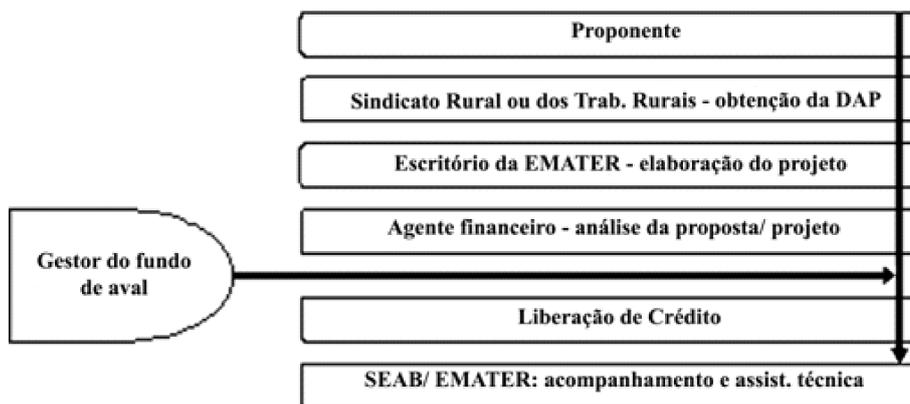


FIGURA 3 – Fluxograma Operacional do Pronaf.

Fonte: SEAB (2006).

¹Informação obtida em entrevista na unidade da EMATER de Maringá-PR, no dia 29 de setembro de 2006.

por si, apresentam semelhança. No entanto, para reforçá-los achou-se pertinente incluir novos critérios para o exame das categorias analíticas: a intensidade e o posicionamento dos relatos expressos pelos produtores. Esses dois aspectos, em muitos dos casos, foram decisivos nas conclusões a respeito da internalização dos padrões, como exposto resumidamente no Quadro 1.

O valor referente à 'Aquiência' ao PRONAF pronunciou-se, em ambos os grupos, com alta representatividade, sendo a grande maioria dos relatos com posicionamento positivo. Presente no total das entrevistas, a homogeneidade foi percebida inclusive na intensidade das afirmações. Muitas das menções de aquiência estavam associadas a expressões que denunciam a dependência que os produtores sentem em relação aos financiamentos do programa, como se pode ver abaixo:

É, teve que fazer, no financiamento teve que fazer tudo isso aí. Teve que colocar bastante coisa na terra, o adubo também que precisa, teve que colocar o potássio... Aí tem que fazer, você financiou, aí tem que fazer. [...] Não tem jeito, tem que fazer de todo jeito. (A12 -1)

Eu confiei, sim. Mesmo porque, estas orientações foram vindas pra nós antes de você conseguir o benefício pelo PRONAF. Então, quer dizer: ou você faz, ou você não vai ter. Então você tem que seguir (risos) (M5 -1).

A dependência dos produtores para com o financiamento representa um fator importante na análise da transferência de padrões, pois reforça a adoção das técnicas, como pode ser percebido em ambos os casos acima. Abaixo, essa característica do contexto relacional entre o produtor do Grupo 2 e o PRONAF está expressa quando esse reflete seu receio em não conseguir pagar o financiamento por não ter adotado as técnicas. A aquiência está fortemente retratada.

Porque o esforço da gente é praticamente sempre o mesmo, porque, a partir de quando o agricultor ele entra no custeio, seja lá o PRONAF ou outro, ele tem que saber que ele tem que manejar diretamente, especificamente direito a lavoura dele porque se não fizer certo, praticamente, ele no final ele não vai poder pagar. Porque o agricultor... que eu lembro essa crise do agricultor, falidos e coisa... mas, não tem agricultor, assim, caloteiro. Agricultor tudo tenta fazer o negócio pra dar certo. Porque quando eu fiz o PRONAF, então, tinha que fazer... Procurar fazer tudo certo pra não correr risco de chegar no final e não conseguir pagar aquilo. Então o agricultor tem aquela preocupação de fazer certo o que eles pedem e o que a gente sabe fazer, né? Pra dar certo e pra no final pagar e não ficar devendo (E2, L2 e R2 -2).

Destacando-se alguns pontos que retratam as características do contexto relacional entre os produtores e os agentes de transmissão dos padrões, foi comum os produtores referirem-se positivamente ao valor de 'orientação técnica', vinculando este posicionamento à manifestação da confiança que sentem nos técnicos da EMATER.

Digamos assim, se aparece uma doença na sua lavoura e a gente não sabe que doença que é aquela, tem que ter um técnico porque ele sabe o que é aquilo, não é? [...] A gente cuida da lavoura e eles cuida da gente dando a orientação que tem que fazer, sabe? Que é o agrônomo, que é os caras que tem experiência na... digamos assim, na soja (M10 -2).

Ressalta-se que, embora o valor de orientação técnica apareça em mais relatos do Grupo 1, a intensidade desses, nesse caso, conota a diferença entre os segmentos de produtores. No Grupo 2, a intensidade dos fragmentos favoráveis ao programa destoa da observada no Grupo 1, sendo expressivamente mais forte, como mostra-se no

QUADRO 1 – Comparação dos resultados para valores.

Valores	G1	G2
Aquiência	12	13
Orientação técnica	12	09
Segurança/ Estabilidade/ Previsibilidade	09	10
Atualização/ Modernização técnica	06	10
Dinamicidade/liberação de recursos	08	05
Regularização de tratamentos agrícolas	02	06

Fonte: Dados primários coletados.

Quadro 2, de intensidade (alta, média e baixa) e posicionamento (negativo e positivo).

Com relação ao valor de Segurança, Estabilidade e Previsibilidade, apesar da aparente semelhança numérica entre os grupos, o sentido e a intensidade dos relatos apresentaram-se inversamente nos grupos. No Grupo 2, com maior ocorrência de trechos com posicionamento positivo em relação ao PRONAF, percebeu-se maior intensidade dessas afirmações enquanto no Grupo 1 verificou-se maior número de pronunciamentos com sentido negativo, como pode-se ver no Quadro 3. Ou seja, os produtores do primeiro grupo ressaltam a importância para eles de que haja mais segurança, estabilidade e/ou previsibilidade, enquanto os produtores do outro segmento atribuem a melhoria nesses itens ao programa.

Oh, o agricultor, como ele não tem muito conhecimento jurídico, ele fica assim sempre preocupado, em cumprir sempre os compromissos dos vencimentos e ele vai lá, tentar... e vê se consegue pagar. Então, tem esse lado que o agricultor sempre se preocupa. Tem alguns agricultor que não está, assim, buscando esse recurso talvez de medo de... como houve no passado alguns casos de perder a propriedade, então eles estão pensando ainda. Talvez falta informação, ou, se informar, são bem receosos (A10 -2).

Com relação à Atualização/ Modernização técnica, percebe-se que esse valor é mais corrente no Grupo 2. No entanto, quando se observa o posicionamento e a intensidade percebe-se que, se desconsiderarmos o peso numérico que se inclina mais a favor do Grupo 2, temos uma semelhança próxima entre os grupos.

Então, você tem que obedecer. Não porque ele (técnico da EMATER) tá lá, ficando de cima, mas porque precisa confiar, eles estão ali, sabem das técnicas, eles ficam estudando, então não adianta você fazer como em 1960-70, né?... (...) Normalmente eles fazem algumas reuniões que, pra gente que não sabe, são importantes. Então, o agricultor que não participa, acaba apanhando (J5 -1).

O valor de maior dinamicidade na liberação de recursos também tem sua proximidade reforçada quando da análise da intensidade. Com relação ao valor de regularização dos tratos agrícolas percebe-se que, a maior parte dos relatos aparece no segundo grupo, o que reforça a ênfase desse valor para os produtores que ainda estão sob coerção financeira.

No tocante à categoria analítica das crenças sobre a Disponibilidade e o Interesse da Assistência Técnica, essa esteve mais presente no Grupo 1. O fragmento abaixo ilustra a situação em que o produtor se expressa negativamente em relação à assistência técnica, sendo esse um exemplo da forma com que os produtores mais se referiram quanto à suficiência da assistência técnica.

Ah, não, a EMATER visitava bem pouco. Ah, isso aí vou te falar que eu acho que não visitava quase que nada. Até, a gente ia até talvez exigir deles alguma coisa e eles não vinha, não visitava, muita pouca coisa. Chegava de vim uma, no máximo duas vezes por ano (...) Não, mas eles faziam o projeto e a gente ia lá, fazia o projeto, dava todos os dados e... Geralmente era isso aí, eles não acompanhavam, podemos dizer, quase que nada assim. [...] Mais mesmo, a gente faz mais é do jeito da gente porque assistência técnica não tem muita, não. É pouca mesmo (E2, L2 e R2 -2).

QUADRO 2 E 3 – Comparação do posicionamento (positivo/ neg.) e intensidade (alto, médio e baixo) dos relatos.

Referência do valor	Orientação técnica		Estabilidade/ Segurança/ Previsibilid.	
	G1	G2	G1	G2
Grupos				
Número de relatos com mesmo posicionamento e intensidade	1A+	4A+		1A+
	3M/A+	3M/A+		1M/A+
	3M+		3M+	3M+
	3B+		1M-	1M-
	2M-	2M-	2M/A-	
Total	12	09	3A-	3A-
			09	10

Fonte: Dados primários coletados.

QUADRO 4 – Comparação do posicionamento (+ e -) e intensidade (A, M e B) dos relatos.

Referência do valor	Atualização/ Modernização técnica	
	G1	G2
Grupos		
Número de relatos com mesmo posicionamento e intensidade	3A+	3A+
	2M/A+	3M/A+
	1M+	3M+
		1B-
Total	06	10

Fonte: Dados primários coletados.

QUADRO 5 – Comparação dos resultados para crenças.

Crenças	G1	G2
Assistência técnica é suficiente	09	06
Coerção é exercida	08	08
Valor é suficiente	07	07
Fiscalização	07	06
Vulnerabilidade do pequeno produtor	04	07

Fonte: Dados primários coletados.

A opinião de que falta assistência técnica é reforçada por outro produtor:

Quem que dá assistência é os agrônomos das cooperativas, não é os agrônomos da EMATER. Foi só no primeiro ano, cê entendeu? Que nem Maringá mesmo, eu acho que tem 3 só na EMATER agora. Então não dá pra eles fazer a área total, então sempre sobra pra os agrônomos da cooperativa. [...]

(Esposa): geralmente quando você planta, o agrônomo vai na sua roça 3, 4 vez durante a safra. Só que eles não tinha este tempo, então, por exemplo: você planta, eles vinha dar uma olhada, só que daí era passado pra os agrônomos da cooperativa. E eles não têm, assim, tempo deles rodar (A6 -1).

Quando se atenta ao sentido dos relatos, e o foco recai na intensidade das expressões negativas para a crença de que a assistência técnica seria suficiente, pode-se concluir que é também no Grupo 1 que, destacadamente, se apresentam as de tom mais elevado, como está demonstrado nos Quadros 6 e 7.

A crença de que se exerce coerção pelo PRONAF sobre os pequenos produtores apresenta equilíbrio quando da análise da representatividade das ocorrências nos Grupos. Esse conserva-se mesmo quando se passa para dimensão de análise da intensidade e posicionamento dos

relatos. Nesse paralelo entre G1 e G2 a crença de que o papel fiscalizador insere-se em meio às funções da assistência técnica, da mesma forma, expressa-se equilibrada, com leve tendência mais forte, em intensidade nas alegações positivas do Grupo 2.

Pra mim eu não sei, porque a gente sempre anda direito. Mas tem gente que queimava a palha e com esse negócio do Plantio Direto. Numa época, já deu até multa queimar a palha! (J20, J1 eP2 -2).

Pesquisadora: Mas se você tivesse pego o dinheiro e eles vissem que você não adubou, você acha que aconteceria o quê?

Produtor: Aí tem uma lei. Tem uma lei, né? Eles já pega seu CPF. Aí vai tirar, acaba com teu crédito. Eu tenho crédito com o PRONAF, faz... acho que 10 anos agora. Aí corta e acabou. Eu vou deixar de ganhar, de produzir, de ter uma lavoura bonita, zelada, porque a gente sabe mexer [...].

Sim, eles (EMATER) sabe, eles dão uma força, ajuda. Eu sou obrigado a passar por ela. É obrigado a passar por lá. Isso aí a gente aprende (V1 -2).

Com relação à crença na vulnerabilidade do pequeno produtor, essa foi mais representativa no Grupo 2. No entanto, condizente com o valor referente à Segurança/ Estabilidade e Previsibilidade, essa representatividade,

QUADRO 6 e 7 – Comparação do posicionamento (+ e -) e intensidade (A, M e B) dos relatos.

Referência da crença	Assistência técnica é suficiente		Coerção é exercida pelo PRONAF	
	G1	G2	G1	G2
Grupos				
Número de relatos com mesmo posicionamento e intensidade	5A-	3A-	3A+	2A+
	2M/A-		2M/A+	2M/A+
		2M-	1M+	2M+
	1M+		1B/M+	1B/M+
	1A+	1A+	1B-	
Total	09	06	08	08

Fonte: Dados primários coletados.

apesar de significativa, não retira a ênfase no Grupo 1, incidida pela intensidade dos relatos que continua confirmando um grau mais elevado das afirmações nesse segmento. O exemplo a seguir expressa uma das formas a que o pequeno produtor sente-se vulnerável.

Só que... Foi que a gente, crescer mais não tem jeito, porque o pequeno é sempre pequeno! (...) Aquele ali que planta 50 quer tomar o seu que planta os 10, então você fica ali espremido. Expandir você não vai! Entendeu? Não tem como. (...) O outro grande, não foi um só, não: é a mesma coisa de você jogar um boi dentro dum rio de piranha pra destruir, entendeu? E é a mesma coisa, o pequeno hoje, a tendência dele é: ou ele pára, ou não mexe. Não adianta, porque não vai pra frente (G2 -1).

Os principais interesses dos produtores relacionam-se com a diminuição dos juros, maior apoio ao pequeno produtor, aumento da atenção disponibilizada a eles pela Assistência Técnica, dinamicidade na liberação dos recursos e maior cobertura do seguro rural. Em relação ao primeiro interesse, pode-se justificar a sua disparidade entre os grupos com base na experiência de alguns produtores do Grupo 1 (os quais foram maioria nas demonstrações) que passaram a pegar financiamento com juros maiores após terem se desvinculado do PRONAF; portanto, sentem mais fortemente seu impacto. Confirmando essa ocorrência, a intensidade dos relatos também foi maior pelos produtores do Grupo 1, como se pode ver nos relatos que ilustram essa situação:

PRONAF? Ajudou sim. Ajudou bastante. Agora, que prosseguisse, que tivesse sempre PRONAF a juro

baixo, né? Porque banco hoje em dia tá um juro muito forte, muito bravo, muito alto. A lavoura hoje em dia está um problema pra você manter a lavoura hoje em dia (M1 -1).

Isso aí (PRONAF) eu fiquei porque foi uma ajuda boa, né? Porque ajuda e eles cobra um juro bom. Um juro que não machuca a gente, que nem estes outros tipos de financiamento que nem tem aí, que é muito caro, então, talvez você vai pegar isso aí e fica mais caro as coisas e depois não consegue pagar (M10 -1).

Porque, na verdade mesmo, agricultor 99% são honestos, sabe? Dificilmente você vê um agricultor caloteiro. Você pode prestar atenção em todos os dados no Paraná e de outros estados, de 99 tira um só que de repente é caloteiro. Então, eu acho que eles merecem um respeito mais, mais aprofundado... uma atenção maior.[...]

O PRONAF foi bom, o defeito do PRONAF só foi aquilo que te disse antes, falta de um pouco mais de apoio, apoio assim, um pouco mais de cuidado. O produtor precisa de uma acolhida. (...) Faltou no PRONAF é um pouco mais de cuidado com a gente no seguro da lavoura, porque nós já é pequeno, pequeno é pequeno mesmo (J20, J1 e P2 -2).

Os outros dois interesses, de maior disponibilidade da assistência técnica e de mais agilidade na liberação dos recursos, reforçam a sobreposição dos esquemas interpretativos, se for observada apenas a quantidade de ocorrências. Porém, quando se observa a intensidade eles tendem a indicar maior ênfase negativa pelo Grupo 1, principalmente com relação ao interesse de maior agilidade

QUADRO 8 – Comparação dos resultados para interesses.

Interesses	G1	G2
Juros baixos	07	03
Maior apoio	03	06
Maior disponibilidade da Assistência Técnica	04	04
Mais agilidade na liberação de recursos	03	03
Seguro/ Maior cobertura do seguro	01	04

Fonte: Dados primários coletados.

QUADRO 9 e 10 – Comparação do posicionamento (+ e -) e intensidade (A, M e B) dos relatos.

Referência do interesse	Maior apoio		Maior disponibilidade da Assist. Técnica	
	G1	G2	G1	G2
Grupos				
Número de relatos com mesmo posicionamento e intensidade	2A-	2A-	2A-	1A-
		1M/A-	2M/A-	1M/A-
	1M-	3M-		2M-
Total	03	06	04	04

Fonte: Dados primários coletados.

na liberação de recursos. Deve-se notar que, em relação ao número total de produtores em cada grupo, esses interesses foram demonstrados de forma pouco significativa, o que dificulta a realização de maiores inferências com base nessa categoria analítica.

Como foi demonstrado nos quadros acima e de acordo com o modelo adotado, de modo geral a internalização pôde ser inferida com base na aproximação dos esquemas interpretativos dos produtores que compõem G1 e G2. Por conseguinte, pode-se inferir sobre uma tendência à institucionalização das técnicas. A análise das condições gerais dos esquemas interpretativos manifestos pelos produtores nas entrevistas permite fazer tal afirmação. Contudo, verificou-se que há espaço para melhorias principalmente no tocante aos valores como de orientação técnica e regularização de tratos agrícolas, a crença de suficiência do trabalho de assistência técnica e o interesse de maior agilidade na liberação dos recursos – relacionados mais diretamente com as técnicas – que demonstraram-se positivamente mais relevantes para o Grupo 2.

Em relação à crença sobre a adequação da quantidade de assistência técnica às necessidades dos produtores e o interesse de maior agilidade na liberação dos recursos, esses retrataram uma intensidade negativa

destoante no Grupo 1, portanto, atribuindo também maior peso de esquemas interpretativos ao Grupo 2. Como defendido na teoria, tal fato poderia indicar que os produtores não internalizaram os padrões e que, pelo menos nesses aspectos, os produtores que se desligam do PRONAF deixam de valorizar e acreditar na eficiência das práticas tanto quanto os produtores que ainda mantêm vínculos com o programa.

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Adotando-se uma abordagem interativa, tanto na consideração dos efeitos tecnológicos para a população de produtores rurais em estudo, como no raciocínio em torno da mudança organizacional e institucional implicada, foram enfatizados os aspectos interpretativos e simbólicos na análise da relação entre propriedades estruturais e a agência daquelas pessoas que respondem à transferência coercitiva dos padrões. Portanto, via análise comparativa dos esquemas interpretativos dos dois grupos de produtores, os resultados obtidos demonstraram similaridade entre eles. Em consonância com a estratégia de pesquisa adotada, credita-se esse fato à internalização dos padrões ou, ao menos, a uma forte tendência a isso, o que vai de encontro ao pressuposto institucionalista.

Destaca-se neste trabalho que o Brasil apresenta-se como ambiente instigante para esta pesquisa por distinguir-se culturalmente dos contextos em que foram realizados os estudos que basearam os pressupostos para a questão da difusão coercitiva. Ademais, ressaltou-se a importância de se ampliar a abrangência dos pressupostos da Teoria Institucional com aplicações em estruturas sociais distintas e características desta nação. Portanto, a análise mais aprofundada em relação ao contexto dos produtores rurais e seus possíveis efeitos nos resultados é pertinente. Essa alegação apóia-se na chamada Teoria Institucional de mecanismo operacional da recursividade inerente à institucionalização, ou seja, à interpretação (MACHADO-DASILVA; CRUBELLATE; FONSECA, 2005). Através da natureza cognitiva cultural da interpretação é que os atores exercem influência nas instituições, ao passo que é somente através dessa instância do processo que as instituições, por sua vez, influenciam e determinam as ações dos atores organizacionais diferentemente nos contextos culturais distintos.

Observou-se que, através do método desenvolvido para esta pesquisa, a interpretação da coerção nesse contexto rural onde foi realizado o estudo, acarreta em internalização dos padrões. Se considerarmos que historicamente no Brasil, de forma geral, os produtores agrícolas relacionaram-se sempre de forma dependente com o Estado, fato que se enxergou também em fragmentos das entrevistas para essa pesquisa, talvez se possa compreender melhor as condições que incidem nesse resultado. Supõe-se que a coerção do Estado seja tão legítima nesse contexto empírico que atue até como elemento de estabilidade pelo qual os produtores enxergam mais facilmente os benefícios e as sanções consequentes da adequação de sua atuação. Sendo assim, argumenta-se que, apesar de se ter obtido coerência com o pressuposto institucionalista defendido em Tolbert e Zucker (1983), tal aferição somente se fez possível analisando o contexto empírico e suas implicações na maneira com que os produtores interpretam o fenômeno.

Percebe-se, ademais, que a difusão de padrões tecnológicos do PRONAF está alicerçada pelos mecanismos de institucionalização identificados por Lawrence, Winn e Jennings (2001). As quatro formas de poder são empregadas, umas mais, outras menos, de forma que uma compensa na outra suas desvantagens, e seus benefícios sejam conjugados fazendo com que o efeito seja potencializado nas duas dimensões: ritmo e estabilidade. O PRONAF, através da fiscalização pelos técnicos da EMATER, faz uso do mecanismo de 'influência'

para que os produtores adotem as técnicas recomendadas. No entanto, requerendo repetição contínua, através desta forma de poder, a institucionalização dos novos padrões agrícolas somente seria eficiente enquanto perdurasse a fiscalização ou a expectativa de sua ocorrência.

O mecanismo de 'força' também é empregado para apoiar a institucionalização de novas técnicas pelo PRONAF aferindo ao processo de institucionalização maior velocidade, tendo em vista a forma de relacionamento objetificada que estabelece com o público-alvo. Acomete-se aos produtores através de medidas como as que impedem a renovação do contrato de financiamento por um período, que restringem o direito à assistência técnica gratuita enquanto se adotar o padrão inadequado e, inclusive, através de mecanismos que evocam a destituição de posses para o pagamento das dívidas (somente em casos extremos). Dessa forma pretende-se desestimular aqueles produtores que falham em seguir os padrões recomendados. Contudo, esse recurso é empregado de forma episódica, apresentando o mesmo efeito da 'influência' quando da interrupção do mecanismo, o que afere caráter de instabilidade às instituições apoiadas por esse mecanismo.

Atuando conjuntamente com formas 'disciplinares' de poder, o PRONAF, através da assistência técnica, estaria lançando-se ao atingimento dos objetivos de formação dos produtores familiares visados pelo programa. Acredita-se que os mecanismos disciplinares podem ter auxiliado na verificação pela pesquisa da internalização tendo efeitos em termos da identidade dos produtores que absorveram para si as demandas externas de adoção dos padrões, o que indica um alto nível de estabilidade ao processo de institucionalização.

Completando o apoio aos três mecanismos de institucionalização já mencionados, destina-se também aos produtores que recorrem aos recursos do PRONAF mecanismos de dominação. Na forma de ameaça, seja da EMATER, seja da agência bancária, de se incorrer coerção sobre eles, os produtores vinculados ao programa estão sob constante pressão para se conformar aos padrões orientados pela assistência técnica, caracterizando o modo que se exerce o poder como sistêmico. Mesmo tendo-se desligado do programa, os produtores aparentam continuar sujeitos às ameaças, não mais de não poderem renovar os contratos ou de terem confiscadas suas posses para pagamento das dívidas com o banco, mas ameaçados de se relacionarem mal com a Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural (EMATER), que continuará sendo importante para aqueles que vivem no meio rural, independente da utilização dos recursos do programa.

Por ser intermediário nos programas do governo e os produtores, através dos treinamentos, das palestras, das ações de extensão e dos projetos de custeio e investimento necessários para se recorrer a quaisquer financiamentos bancários, a EMATER exerce um papel importantíssimo para todos os produtores, mas principalmente para os pequenos. Portanto, sendo razão suficiente para que a ruptura ou o distanciamento nas relações com essa entidade represente de fato uma ameaça aos produtores da região de Maringá-PR. O que explica em parte porque os produtores, mesmo cessando à pressão, continuem reforçando os padrões e apresentando esquemas interpretativos como se estivessem sob coerção: porque continuam, de certa forma, sob dominação.

Tal conclusão só pôde ser vislumbrada após a análise das características do contexto relacional entre os produtores e a Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural (EMATER). Toda a questão refere-se à como a coerção é percebida e, sendo assim, essas características – confiança, identidade e dependência – desempenham um papel essencial na difusão dos padrões tecnológicos, atuando como *buffers*, amenizando a interferência negativa da coerção nesse processo. Tendo em vista a reconhecida legitimidade da EMATER, em algumas regiões do Brasil, e principalmente na região estudada antes mesmo do estabelecimento do PRONAF, esse fato destacou-se na pesquisa permitindo que se observasse tamanha aquiescência pelos produtores, mesmo por aqueles que deixaram de ter vínculos com o programa.

Portanto, pode-se extrair destas colocações que o PRONAF, favorecendo a incorporação de novos valores, crenças e interesses ao contexto institucional de referência dos produtores, com quais se pretendia introduzir as novas práticas, tende a ser eficaz enquanto política institucionalizadora. Como consequência dessa demonstração, pode-se concluir também que, em Maringá-PR, o programa poderá alcançar seu objetivo de proporcionar mudança nas propriedades e quiçá contribuir para modernização rural da região. Contudo, a pesquisa também demonstrou que há espaços para melhorias que se relacionam diretamente com a continuidade dos bons resultados do programa, isso é, com a qualidade da transferência de recursos financeiros.

Recomenda-se que mais estudos se realizem futuramente, com possibilidade de que se adote a presente pesquisa como estimativa para se perceber alterações no tocante à relação do programa com seu público. Distanciando-se da época em que o PRONAF foi implementado, mais estudos trariam subsídios que

poderiam ser comparados com os aqui encontrados, resultando em maior número e qualidade das informações, podendo contribuir de forma mais pontual para propor melhorias ao Programa.

7 REFERÊNCIAS

- BANCO DO BRASIL. **Financiamentos**. Disponível em: <<http://www.agronegocios-e.com.br/agronegocios/finPronaf.agr>>. Acesso em: 30 maio 2006.
- BARDIN, L. **Análise de conteúdo**. Lisboa: Edições 70, 1977.
- BARTUNEK, J. M. Changing interpretive schemes and organizational restructuring: the example of a religious order. **Administrative Science Quarterly**, v. 29, n. 3, p. 355-372, 1984.
- BELT, H. van den; RIP, A. The Nelson-Winter-Dosi model and synthetic dye chemistry. In: BIJKER, W.; HUGHES, T.; PINCH, T. (Ed.). **The social construction of technological systems**. Cambridge: MIT, 1987. p. 135-158.
- BRUYNE, P. de; HERMAN, J.; SCHOUTHEETE, M. de. **Dinâmica da pesquisa em ciências sociais: os pólos da prática metodológica**. Rio de Janeiro: F. Alves, 1982.
- COOPER, D. J. et al. Sedimentation and transformation in organizational change: the case of Canadian law firms. **Organizational Studies**, v. 17, n. 4, p. 623-647, 1996.
- FEDERAÇÃO DOS TRABALHADORES NA AGRICULTURA DO ESTADO DO PARANÁ. **Boletim informativo PRONAF 2005/2006**. Curitiba, 2005.
- GARUD, R.; JAIN, S.; KUMURASWAMY, A. Institutional entrepreneurship in the sponsorship of common technological standards: the case of Sun Microsystems and Java. **Academy of Management Journal**, v. 45, n. 1, p. 196-214, 2002.
- GARUD, R.; RAPP, M. A socio-cognitive model of technological evolution. **Organizational Science**, v. 5, p. 344-362, 1994.
- GIDDENS, A. **The constitution of Society**. Berkely: University of California, 1984.

- GREENWOOD, R.; SUDDABY, R.; HININGS, C. R. Theorizing change: the role of professional associations in the transformation of institutionalized fields. **Academy of Management Journal**, v. 45, n. 1, p. 58-80, 2002.
- HAGUETTE, T. M. F. **Metodologias qualitativas na sociologia**. Petrópolis: Vozes, 1987.
- HATCH, M. J. **Organization theory: modern symbolic and postmodern perspectives**. Oxford: Oxford University, 1997.
- HININGS, C. R.; GREENWOOD, R. **The dynamics of strategic change**. Oxford: Basil Blackwell, 1988.
- HUGHES, T. **Networks of power**. Baltimore: Johns Hopkins University, 1983.
- KOSTOVA, T.; ROTH, K. Adoption of an organizational practice by subsidiaries of multinational corporations: Institutional and relational effects. **Academy of Management Journal**, v. 45, n. 1, p. 215-233, 2002.
- LAWRENCE, T. B.; WINN, M. I.; JENNINGS, P. D. The temporal dynamics of institutionalization. **Academy of Management Review**, v. 26, n. 4, p. 624-644, 2001.
- LOURAU, R. **A análise institucional**. Petrópolis: Vozes, 1995.
- MACHADO-DA-SILVA, C. L.; FONSECA, V. S.; CRUBELLATE, J. M. Unlocking the institutionalization process: insights for an institutionalizing approach. **Brazilian Administration Review**, v. 2, n. 1, p. 1-20, 2005.
- MOHRMAN, S. A.; MOHRMAN JUNIOR, A. M. **Large-scale organizational change**. San Francisco: Jossey-Bass, 1989.
- ORLIKOWSKI, W. J. Using technology and constituting structures: a practice lens for studying technology in organizations. **Organizational Science**, v. 11, n. 4, p. 404-428, 2000.
- ROBERTS, K. H.; GRABOWSKI, M. Organizações, tecnologia e estruturação. In: CLEGG, S. R.; HARDY, C.; NORD, W. R. (Org.). **Handbook de estudos organizacionais**. São Paulo: Atlas, 2004.
- SCOTT, R. W. **Institutions and organizations**. 3. ed. Thousand Oaks: Sage, 2008.
- SELLTIZ, C.; WRIGHTSMAN, L. S.; COOK, S. W. **Métodos de pesquisa nas relações sociais: delineamentos de pesquisa**. São Paulo: EPU, 1987.
- SILVA, R. E. A. da. **PRONAF: relatório técnico das ações desenvolvidas no período 1995-98**. Brasília: IPEA, 1999.
- TOLBERT, P.; ZUCKER, L. Institutional sources of change in the formal structure of organizations: the diffusion of civil service reform, 1880-1935. **Administrative Science Quarterly**, v. 28, n. 1, p. 22-39, 1983.
- WEICK, K. E. Technological as equivoque: sense-making in new technologies. In: GOODMAN, P. S.; SPROULL, L. (Org.). **Technology and organizations**. San Francisco: Jossey Bass, 1990.